

## EDITORIAL

A edição da Revista de Ciências Humanas – Educação traz neste volume de número 18, o Dossiê, **Docência e Direito Educativo**. A temática proposta visa a instigar contribuições científicas relacionadas aos processos de docência, envolvendo a formação inicial e a continuada e as práticas pedagógicas. Tem no horizonte a emancipação dos sujeitos e o Direito Educativo assentado nos pilares de uma educação humanizadora, inclusiva, participante, reconhecendo a pluralidade dos homens e mulheres, na perspectiva da igualdade, liberdade e justiça educacional. Visualiza a escola como um laboratório educativo e social.

Raúl Soria Verdera (2014) Jurista Argentino e importante precursor do debate atual acerca do tema Direito Educativo, descreve a importância histórica da discussão, uma vez que considera que “el Derecho educativo es la ciencia más antigua del mundo, porque nació y creció con la humanidad, al producirse la interrelación de vivir em comunidade (derecho) y al educar los padres a sus hijos (educación)”

Hoje a preocupação está centrada para além da convivência familiar, em como a educação em todos os contextos, pode gerar espaços de um bom viver, promovendo a transformação necessária da sociedade em uma cultura de paz, tendo o Direito Educativo como uma ferramenta potencializadora para a emancipação dos sujeitos. Com essa convicção e fundamentação teórica, organizamos o presente Dossiê com a intenção de apresentar diferentes perspectivas de práticas e discussões que se inserem no debate do Direito Educativo enquanto promoção de uma educação melhor.

Essa edição conta com treze artigos, oito estão inseridos no Dossiê, quatro no Espaço Aberto e um relato de experiência.

O artigo “Análise das relações entre ética e educação; estado de direito e a influência do gestor público; sociedade e políticas públicas no caso da tragédia-crime da Boate Kiss” dos autores Walter Souza Cabistani e Paulo Roberto Barbosa Pereira abre o sumário do Dossiê e traz a discussão sobre a ética enquanto teoria universal que independe do tempo e a educação que envolve a moral que é prática, relativa e depende do tempo e o quanto o gestor público precisa estar preparado para não ferir o estado de direito na execução de sua função. O artigo traz o exemplo da tragédia-crime da Boate Kiss ocorrido em janeiro de 2013.

Marcia Beraldo Lagos e Maria De Lourdes Bernartt no artigo “Palmas para mulheres mil” em comunidades quilombolas e a participação do IFPR, apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com mulheres moradoras da Comunidade Quilombola que participaram de um projeto de extensão promovido pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas-PR com perspectiva de gênero, visando inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O artigo demonstra como o projeto proporcionou parcialmente a elevação de escolaridade e a autoestima das participantes - mulheres quilombolas.

“Percepções sobre tecnologia no espaço escolar a partir da situação de autoconfrontação cruzada com professoras em formação pelo Pibid” das autoras Lilian Rodrigues e Giovanna Pezarico analisa as percepções sobre tecnologia no espaço escolar a partir da fala de uma dupla de professoras em formação em situação de autoconfrontação cruzada e apontam que apesar das continuidades e rupturas vivenciadas pela escola no imaginário tecnológico, o professor deve ser o conhecedor das tecnologias e mediador de novos conhecimentos entre os artefatos tecnológicos e seus alunos.

O artigo “Aproximaciones a la necesaria creación de mecanismos de defensoria de los derechos humanos en el espacio Universitario Mexicano” dos autores Marilu Camacho López e Andres Otilio Gomez Tellez realiza uma série de abordagens para o tratamento de possíveis mecanismos de proteção dos direitos humanos que podem ser aplicáveis ao ambiente universitário, em resposta à necessidade da comunidade universitária - em particular aquilo que compõe a Universidad Autónoma de Chiapas (UNACH) no México. Traz uma discussão teórica e legal tendo em vista uma proposta para a criação de mecanismos de defesa e proteção dos direitos humanos, que afetam a vida cotidiana das próprias dinâmicas do ambiente universitário.

Fernando Gonzalez Alonso e José Luis Guzón Nestar no artigo “La educación en valores: axiología, naturaleza y derecho educativo” abordam os conceitos de educação em valores e a sua relação com o Direito Educativo mostrando a relação entre educação, escola, experiência de vida e o mundo dos valores e seu ensino na escola bem como o tratamento das políticas Educacionais em sua relação e apoio à Educação em Valores, como um componente importante da natureza multidimensional que ela possui.

Na sequência, o artigo “Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico emancipadora” da autora Kátia Curado Pinheiro Cordeiro da Silva desenvolve uma reflexão sobre as possíveis relações entre Epistemologia, Formação de Professores e Práxis Emancipatória Crítica. Constrói

um aprofundamento teórico-prático contribuindo para uma proposta de formação de professores da Educação Básica que leve em conta a mediação entre epistemologia da práxis e formação docente em uma perspectiva crítico emancipadora.

“A pesquisa em educação na transição de paradigmas: tensões e conflitos” é o tema abordado por Sidinei Pithan da Silva em um artigo que tematiza alguns movimentos teóricos no campo da pesquisa em educação no Brasil. O autor tematiza os paradigmas e a pesquisa em educação, no horizonte de quatro tradições: a) a perspectiva desconstrucionista do pós-estruturalismo; b) a perspectiva sistêmica e complexa, que emerge no interior da própria reflexão epistemológica; c) o enfoque crítico e dialético marxiano, bem como a teoria crítica em geral; d) a abordagem paradigmática recente da teoria crítica, a partir do horizonte do paradigma da razão comunicativa.

Ana Cristina Ghisleni e Ana Lúcia Souza de Freitas no artigo “A formação por meio da pesquisa: reflexões e práticas na formação de gestores educacionais” apontam a temática como uma das possibilidades de redimensionamento das relações de ensinar e de aprender centradas no professor. O artigo contribui para o debate apresentando a experiência de uma disciplina oferecida em um Curso de Mestrado Profissional voltado para a formação de gestores educacionais.

O artigo “Concepções do estágio curricular supervisionado na formação docente em Educação Física” de autoria de Moacir Juliani e Cleomar Ferreira Gomes abre a sessão Espaço Aberto e aborda as percepções dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física acerca do Estágio Supervisionado Obrigatório na formação docente. Ancorado nas considerações finais dos relatórios de estágio realizados no âmbito do Ensino Fundamental no ano de 2015, por acadêmicos do 5º semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física de Faculdade da Rede Privada Confessional do Estado de Mato Grosso os autores demonstram que o grupo superou a concepção do estágio como domínio técnico instrumental da docência, concentrando-se no entrelaçamento teórico-prático e construção de sentido dos conteúdos desenvolvidos.

Elisabete Cerutti e Ana Paula Teixeira Porto refletem sobre as possibilidades didáticas a partir da análise de conteúdo de um site infantil para o Ensino Fundamental no artigo “Possibilidades didáticas através de site infantil para os anos iniciais do ensino fundamental”. As autoras debatem que o professor necessita estar preparado para o uso de ferramentas como os sites educacionais, tornando a aula mais dinâmica e atrativa, ampliando as possibilidades de leitura e de interação do educando, tendo em vista o contexto cibercultural atual.

O artigo “Discutindo astronomia na sala de aula através da análise de livros didáticos” de Hermès de Oliveira Machado-Filho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o ensino dos fundamentos de Astronomia, realizada com a turma de pré-concluintes do curso noturno de licenciatura em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O autor conclui que há uma grande deficiência na abordagem dos temas de Astronomia pelos livros didáticos, indicando tanto um descaso com o tema em relação aos demais assuntos curriculares, quanto uma dificuldade de compreensão no que tange os fenômenos celestiais abordados.

“Entes, responsabilidades, direitos e legislações relacionadas aos recursos hídricos” é um artigo de Hamanda Gelça Saldanha que aborda a importância da água enquanto recurso essencial à vida e uma necessidade humana fundamental. A partir do estudo apresentado a autora aponta que o grande desafio do Brasil não é de legislação, mas de sua prática, do princípio da descentralização e ação participativa dos comitês de bacia hidrográfica e uma carência nos âmbitos da produção doutrinária e da legislação nacional relacionada ao direito de águas.

Encerrando essa edição Ev'Angela Barros no relato de experiência “Formação docente, construção de saberes e identidades no Pibid PUC Minas: a voz de professores supervisores de Letras”, demonstra a importância do Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID/CAPES) para inserir, de forma mais qualificada, jovens licenciandos e, paralelamente, fomentar a formação continuada de docentes já atuantes na rede pública por meio da interlocução entre ensino superior e educação básica e a construção, em alternância, de novos cenários de aprendizagem. A autora apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa com os professores supervisores da área de Letras do Pibid PUC-Minas.

Agradecemos aos autores pela confiança e envio dos artigos, ao leitor, fica o convite à leitura, ao contraponto e à interlocução.